



## **Banalidade do Mal nos Noticiários: Uma Reflexão Acerca da Conduta Jornalística a partir do Termo Arendtiano<sup>1</sup>**

Nádia Junqueira RIBEIRO<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO

### **RESUMO**

Este artigo expressa pensamentos da filósofa Hannah Arendt acerca do termo banalidade do mal a partir da ausência da atividade de pensar e julgar, originadas no julgamento de Eichmann. A partir de tais reflexões, estabelece-se um paralelo com a atividade jornalística, analisando a conduta dos profissionais da área, de que forma a ausência de pensamento, de reflexão dos fatos divulgados pela mídia levam a uma banalização do mal nos noticiários e como isso prejudica na formação e reafirmação dos valores sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** banalidade do mal; pensamento; conduta jornalística; ética.

### **TEXTO DO TRABALHO**

Adolf Eichmann, nascido em 19 de março de 1906 em Solingen, norte da Alemanha foi morto em Jerusalém, na prisão de Ramleh em 31 de maio de 1962 enforcado após um julgamento na corte distrital de Jerusalém, cumprindo uma lei de 1950 que previa pena de morte aos nazistas e colaboradores. Houve cinco acusações que o conduziram ao enforcamento, dentre elas: acusação contra o povo judeu, contra humanidade e crimes de guerra. Em maio de 1945, Eichmann havia sido preso em um campo de internamento nos Estados Unidos, mas fugiu para Argentina em 1950 e manteve-se sob o nome de Ricardo Klement em Buenos Aires, <sup>1</sup>até que em Maio de 1960 ele foi capturado por agentes israelitas.

Eichmann foi o grande responsável por “solucionar as questões judaicas” durante o terceiro Reich. Ele organizava a expulsão dos Judeus e por fim, os conduzia até às câmaras de gases. Mas nada disso soava como assassinato, como atrocidade ou crueldade para Eichmann. Em seu julgamento ele se dizia inocente no sentido de acusação e morreu sem ser questionado no sentido do quê então ele não se sentia inocente. Ele se declarava um bom cidadão cumpridor das leis. Isso significava que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 27 a 29 de maio de 2010.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da PUC-Goiás e 7º. semestre do Curso de Filosofia da UFG, email: [nadiajr@hotmail.com](mailto:nadiajr@hotmail.com)



essas leis eram as ordens de Hitler que possuíam força jurídica no Terceiro Reich. Dessa maneira, o alemão em seu julgamento dizia nunca ter matado ou dado ordem para matar, apenas havia obedecido. Sendo assim, todas as atrocidades cometidas por Eichmann e todos os milhares de judeus mortos foram possíveis segundo sua obediência, que significava que ele não pensava por si só, não agia segundo juízo próprio, mas vivia abraçado a um código de ética e que facilmente poderia ser trocado, se fosse conveniente, e jamais pensaria por si próprio ao agir.

Foi a partir do julgamento desse homem que pela primeira vez, a filósofa judia Hannah Arendt, que tinha ocupado grande parte de sua vida analisando a maldade cometida durante o Terceiro Reich, utilizou a palavra *banalidade do mal*, o que significou uma mudança nas suas reflexões acerca do mal diante da espantosa superficialidade do réu. Eichmann não apresentava repúdio aos judeus, não expressava nenhum fanatismo ideológico (mesmo porque ele nem chegou a ler *Mein Kampf*, de Adolf Hitler), nenhum sinal de motivação. Para compreender melhor *como* foi utilizado o termo banalidade do mal e porque a partir de Eichmann, me proponho no artigo a descrever a carreira e personalidade de tal indivíduo para que se possa melhor compreender o termo, além de conduzir a reflexão acerca da banalidade em si, para que seja possível estabelecer paralelos entre tal reflexão e a conduta jornalística.

Eichmann desde criança sempre foi mal na escola e não foi capaz de concluir escola de engenharia. Sua carreira então foi marcada por um serviço na empresa de mineração de seu pai (de pequeno porte), depois um emprego na Elekstrobau, onde ficou dois anos até ser demitido. Quando se encontrava aos 22 anos desempregado, o primo judeu de sua madrastra conseguiu para ele uma representação no Norte da Áustria numa Cia de Óleo a vácuo, onde foi bem sucedido por cinco anos até ser transferido a contragosto e sequencialmente, demitido em 1932. Foi em abril desse mesmo ano que ele se filiou ao partido Nacional Socialista a convite de Kaltenbrunner, um sócio de seu pai iniciando sua carreira como soldado até se entediar bastante e descobrir uma vaga no serviço de segurança, onde começou como espião de membros do partido, depois passou a estudar sobre os judeus até se tornar um “perito” no assunto e ter seu auge em 1938.

Março de 1938 foi o ponto máximo da carreira de Eichmann. Ele agora tinha um cargo oficial, era tenente, havia sido condecorado por seu “conhecimento abrangente dos métodos de organização e ideologia do oponente, o judaísmo” e tinha em Viena seu primeiro trabalho importante: ele deveria executar a emigração forçada dos judeus.



Como Arendt disse em sua obra “Eichmann em Jerusalém”, ele estava louco para acertar. E conseguiu. Em oito meses, 45 mil judeus deixaram a Áustria e 19 mil deixaram a Alemanha, em 18 meses, totalizaram 148 mil judeus expulsos de lá, o que significa 60% da população judia do país. Eichmann sabia fazer duas coisas bem feitas: negociar e organizar, e com isso conseguiu expulsar tantos judeus em tão curto espaço de tempo de forma “legal”. Esse recorde medonho, esses feitos cruéis que Eichmann conseguiu, foram todos visando uma patente, um reconhecimento. Diz Arendt: “Com sua sincera devoção, questões de família e de carreira pessoal, era o último e já degenerado produto da crença do burguês na suma importância do interesse privado. [...] É o burguês isolado da sua própria classe, o indivíduo atomizado produzido pelo colapso da própria classe burguesa” (Arendt, 2000, P.388).

Eichmann não pensava por si próprio, ele agia segundo um código de conduta imposto, não importando qualquer opinião própria, mas o que lhe era dito para ser feito. Eichmann era um desses tipos medianos. Esperava-se um monstro no tribunal, mas ele não era. “A percepção de que Eichmann era um homem comum, possuidor de uma superficialidade e de uma mediocridade transparentes, deixou Arendt atônita ao avaliar a proporção do mal incalculável por ele cometido, qual seja, a organização das deportações de milhões de judeus” (Assy, 2001, p.138). Eichmann era um filho de classe média, dotado de pouca inteligência, mentiroso, com um discurso repleto de frases feitas e clichês. Ele não entrou no partido por convicção nem se deixou convencer por ele. Por toda sua vida havia fracassado, mas era ambicioso e vivia a procura de uma possibilidade de construir carreira. Entrar para o partido Nacional Socialista significava para Eichmann uma possibilidade de sair do emprego de vendedor entediante e sem significado e construir uma carreira militar, exercer grandes feitos e ganhar uma patente. Não importava se tais feitos envolveriam assassinos, torturas ou crueldades.

Rosângela Chaves, em sua obra “A capacidade de julgar: um diálogo com Hannah Arendt” aponta que o caso de Eichmann não era de maldade, nem de estupidez – no sentido de compreender -, mas de irreflexão. “Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava relacionada com sua incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa”, diz Arendt em *Eichmann em Jerusalém*. Nesse sentido, o termo banalidade do mal está intrinsecamente ligado, para Arendt, à atividade de pensar: a uma ausência de pensamento no sentido de irreflexão (*thoughtlessness*). Como diz Bethânia Assy em seu artigo *Banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt*, a associação do problema



do mal à ética havia tornado-se insuficiente para Arendt compreender o colapso moral vivido na Alemanha nazista. Nesse sentido, a filósofa iniciou uma atividade reflexiva buscando responder se a atividade do pensamento estaria conectada com nossa conduta ética, de discernir o certo do errado.

Para falar sobre a atividade do pensamento, Hannah Arendt escolhe Sócrates de maneira indiscutivelmente apropriada. Aquele mais preparado para aconselhar, que viveu entre os cidadãos e nunca evitou a praça pública, que nunca teve pretensão de governar os homens e que sequer se deu o trabalho de escrever seus pensamentos. Sócrates é aquele que dirá que uma vida sem pensamento, sem questionamento, não vale a pena ser vivida. Hannah Arendt em “A Vida do Espírito” discorre sobre as duas faces do pensamento para Sócrates: o perigo que consta na atividade de pensar e o perigo da ausência de pensamento, que pode levar à maldade.

Sócrates fez poucas afirmações que pudéssemos relacionar maldade ao pensamento. Contudo ele desenvolveu uma experiência do ego pensante que se transfere para as coisas, o chamado dois-em-um, e que a partir dele podemos pensar as atitudes de maldade de Eichmann. Esse dois-em-um consiste na atividade do diálogo do indivíduo consigo mesmo. Ele foi tido como a essência do pensamento. Isso porque o indivíduo é tido como “um” quando ele está contido no mundo exterior, no mundo das aparências e o indivíduo está em dois-em-um quando está fora do mundo exterior, das aparências, mas mergulhado na atividade pensante que consiste no estar-só, mas não sozinho, pois aqui o indivíduo se faz companhia. Quando ele volta ao mundo exterior, ele volta a ser um, volta à sua unidade.

O dois-em-um, como essência do pensamento, de estar só consigo mesmo, acarreta em alguns pontos importantes. Nessa atividade o homem é aquele que pergunta e aquele que responde, transcendendo uma mera consciência de si. Nesse sentido o pensamento torna-se dialético e crítico, ao se submeter ao um diálogo como uma viagem através das palavras, como diz Arendt. Esse diálogo, esse pensamento tem um único critério: de ser consistente consigo mesmo, ou seja, a conformidade. E nesse sentido, se o indivíduo for contraditório consigo mesmo em seu pensamento, em seus diálogos, ele se torna seu adversário e é impossível que alguém queira se tornar seu próprio adversário. O que Sócrates aqui quis dizer é que quem quer pensar deve estar atento para que os parceiros do diálogo não sejam adversários, mas amigos. Aqui a máxima de Sócrates é: não se contradiga. Arendt dirá: quem quer conviver com um assassino? Há nesse diálogo um eu que cumpre ordens, que é obediente, e que expulsa



milhares de judeus em um tempo recorde e que os leva, finalmente para câmaras de gases e há também um eu que agia segundo uma moral “não matarás”, ou que se refletisse melhor saberia que isso não era o melhor a ser feito, que isso era uma crueldade.

No entanto, para não haver esse embate, para não viver em conflitos internos e talvez ficar louco, o melhor que Eichmann fez foi não pensar. Foi agir, obedecer. Não só ele, mas todos os alemães que disseram sim à fala de Hitler. Sócrates aqui diria: se Eichmann tivesse pensado, ele não teria feito o que fez. Porque ele teria se contradito, ele saberia que ao pensar sobre o que ocorreria, suas atitudes não seriam aquelas. Mas ele consentiu, não pensou. Além de ele ter sempre agido segundo um código de ética que lhe havia sido dado, sem ter juízo próprio, ele não pensava sobre o que ocorria, sobre o que estava acontecendo e ele estava inserido. Ele cumpria ordens, praticava maldades. Apesar de Sócrates nunca ter dito explicitamente que a ausência de pensamento leva a maldade, se talvez ele tivesse assistido à atrocidade que ocorreu durante a segunda guerra mundial e ao julgamento de Eichmann, ele o teria dito.

Sócrates faz uma metáfora para explicar o pensamento, que já havia sido feita anteriormente em Sófocles e nos dias atuais por Heidegger. Diz Sócrates: “os ventos são eles mesmos invisíveis, mas o que eles fazem mostra-se a nós e, de certa maneira, sentimos quando eles se aproximam”. Isso significa que o pensamento, assim como o vento são invisíveis, mas ambos são capazes de destruição. Assim como o vento destrói casas e árvores, a atividade de pensar destrói valores, padrões para o bem e para o mal, costumes, regras de conduta e todos os demais critérios estabelecidos. É nesse âmbito que reside o perigo da atividade de pensar. O pensamento é perigoso para qualquer tipo de credo, qualquer tipo de conceito, pois é capaz de virar tudo de cabeça para baixo, de tornar o Sol o centro da Terra e não o contrário, por exemplo. O que Sócrates quis, em suma, dizer é: “Na prática, pensar significa que temos que tomar novas decisões cada vez que somos confrontados com alguma dificuldade”. Sendo assim, a ausência de pensamento parece necessária para assuntos políticos ou morais, contudo aqui Hannah Arendt mostra também qual o perigo dessa ausência de pensamento.

Uma vez que o indivíduo encontra-se afastado dos perigos que podem causar as investigações a aspectos morais, a atividade constante de pensar faz com que, na ausência da reflexão, do juízo próprio, ele se abraça a qualquer código de ética que tenha prescrito regras de conduta (quaisquer que sejam). É mais fácil para um indivíduo aderir a um código de conduta ao qual todos os membros de uma sociedade encontram-



se submetidos, do que agir segundo juízos próprios, pensar segundo seu conteúdo, o que provavelmente o levaria a agir diferente de todos. Hannah Arendt, a partir disso conduz a um pensamento mais relevante ainda, que esses indivíduos que vivem segundo códigos de conduta impostos, preferindo agir segundo regras, a segundo seu próprio pensamento, considerando todas as dificuldades, facilmente deixam um código de conduta de lado e abraça outro, bastando alguém oferecer um novo código convencendo de que o que ele oferece é melhor.

Por outro lado, quando um indivíduo age segundo seu pensamento, para Sócrates, ele age em conformidade consigo mesmo, seguindo a lei suprema: não se contradiga, não se torne seu próprio adversário. Essa atividade pensante, de reflexão, é admitida por Arendt, diferentemente de Kant, não como uma atividade para poucos, para os filósofos, pois “Hannah Arendt concebe o pensamento no que se refere ao significado, distinto da cognição, como uma necessidade natural da vida humana. Por tal motivo ele não pode ser considerado uma prerrogativa de poucos” (Chaves, 2009, p.52). E ainda, segundo Arendt, essa habilidade de pensar está relacionada à capacidade de distinguir o certo do errado, podendo impedir o mal.

Contudo, para o pensamento tornar-se uma condição necessária para evitar o mal, é necessário ainda associar-se a outra faculdade do espírito, o juízo. Isso porque o pensamento pode evitar o mal, mas não leva necessariamente à prática do bem. Diz Chaves: “o pensar não oferece por si só regras de comportamento ético, nem fornece tabula de virtudes; ao contrário, questiona todos os valores e as normas preestabelecidos” (Chaves, 2009, p. 75). Nesse sentido, o pensamento só ganha dimensão positiva quando essa atividade libera o juízo, que significa nossa capacidade de distinguir o certo do errado. Essa faculdade é de extrema importância para Arendt, na medida em que é “absoluto e inalienável”, significando que não podemos abrir mão de julgar.

Quando nos deparamos com tais reflexões acerca da importância da atividade de pensar e do perigo de sua ausência, que, no caso de Eichmann dentro de um contexto (Terceiro Reich), levou milhões à morte, transportamos tal raciocínio para o contexto atual e mais especificamente no jornalístico. E os profissionais de jornalismo? Têm exercido a atividade do pensamento? A reflexão faz parte de seu trabalho, de sua rotina? Ou isso é coisa para filósofos? Ou ainda será que o mero apresentar dos dados, dos fatos ‘tal qual são dados’, objetivamente (se é que é possível), é suficiente para realização de seu trabalho? Os cidadãos que aspiram à informação não necessitam mais



do que isso? E ainda, será que os jornalistas têm provocado maldades ao não refletir acerca dos fatos que despejam diariamente, minuto a minuto, nos cidadãos?

Com o advento da tecnologia, expansão do webjornalismo, e através das facilidades que a internet proporciona, tornou-se cada vez mais possível a divulgação de informações de forma rápida e em grande quantidade. Contudo, essa divulgação em massa e desordenada significa apenas mais conhecimento, mais informação que alimentam o consciente do indivíduo sem serem processadas, refletidas. Esse aspecto da notícia tem caracterizado-a como produto mercadológico e desenrola em um embate no jornalismo como uma área formada por dois pólos: econômico (em que o jornalismo possui um aspecto de negócio) e político (o jornalismo como serviço público).

Nelson Traquina, no capítulo 2 do volume 1 de seu livro *Teorias do Jornalismo*, discorre acerca desses aspectos jornalísticos, afirmando que o pólo econômico tem se sobreposto ao político, o que gera uma falta de credibilidade, desconfiança do público, constituindo uma preocupação para os profissionais do jornalismo. Nesse sentido, o papel do jornalista tem sido de fornecer tais informações, sendo priorizado o tempo, a rapidez, os critérios de noticiabilidade, (atendendo às demandas mercadológicas da empresa jornalística) e muito menos a reflexão acerca de tais fatos. E daí, surge os questionamentos: de que forma o despejo de tantas informações acrescenta o indivíduo? Seria mais importante ele saber, em um noticiário, de forma aprofundada porque está havendo rebeliões na prisão de sua cidade ou que um leão no circo da China atacou uma criança? Até que ponto os valores-notícias, tal qual são concebidos pelo atual jornalismo, contribuem para formação de um cidadão?

Recentemente houve a estréia do filme “Salve Geral”, um complexo drama de Sérgio Rezende, que tem como foco as rebeliões causadas no dia das mães de 2006 pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) que pararam São Paulo. O filme é uma boa forma de se exemplificar o problema da ausência de pensamento, reflexão dos jornalistas e sua capacidade de julgar a situação. Em primeiro lugar, a grande preocupação dos jornalistas é o furo e muito menos compreender, de fato, o que estava havendo, e porque aquilo acontecia. Em segundo lugar, o que os jornalistas mais procuravam eram dados objetivos: número de mortos, de delegacias e ônibus depredados, quilômetros de trânsito parado, etc. E por fim, outro grande problema consiste nas fontes consultadas: as chamadas oficiais, no caso, o secretário de segurança pública do estado, a fonte mais procurada. Indubitavelmente tal fonte garante credibilidade, contudo, quanto ela garante de veracidade? O jornalismo quase é ridicularizado no filme na medida em que o



secretário de segurança e o delegado forjam a realidade para se apresentar à imprensa e a mesma procura esses dois indivíduos para repassarem o que seria a realidade objetiva à sociedade.

Uma vez com os dados objetivos na mão, um lead completo, o furo garantido, as informações eram repassadas à sociedade, fomentavam o pânico e o repúdio aos bandidos. Há uma cena em que absolutamente isso é possível de ser visto, quando a personagem de Andréa Beltrão, Lúcia, mãe de um prisioneiro, assiste ao noticiário com sua irmã (a atriz Chris Couto), Ângela, uma corretora de imóveis. Ângela expressa ódio aos bandidos porque eles fizeram com que ela perdesse uma venda. Além disso, em sua fala há uma forte expressão em que se definem claramente quem são bandidos, quem são vítimas. Lúcia, que pelo outro lado, sabe os verdadeiros motivos da rebelião, conhece vários envolvidos, não suporta o discurso da irmã e sai de sua casa. Ainda, o mais interessante, é a reação de Ângela que diz: você perdeu a noção de bem e mal.

Aqui, volto-me ao caso Eichmann. Aquele que se mostrava apenas como um medíocre, que não tinha qualquer aspecto de monstro, um mediano querendo ser bem sucedido, podendo ser chamado até de ‘cidadão de bem’, cumpridor das leis, foi aquele que conduziu 6 milhões de judeus à morte. Como poderíamos então classificar os bons dos maus? O filme expressa justamente essa ausência de um cenário na vida real em que há os vilões e vítimas, mas todos os indivíduos do cotidiano podem se submeter a ações de corrupção e criminalidade. E ainda, todos estão envolvidos em problemas desse nível, e não apenas bandidos e policiais.

Por que os jornalistas não poderiam tentar abordar o outro lado, ao menos investigar? Será que os bandidos são tão maus, tão loucos, que não podem ter direito à voz e expressar o que se passa do outro lado? Eis um problema jornalístico que vem sendo já abordado em pesquisas: o criminoso tem seu rosto estampado nos jornais, mas nenhuma frase sequer expressando sua versão. Por que não cabe à imprensa uma investigação mais apurada, uma abordagem que vai além dos dados objetivos, do que está apresentado superficialmente? Diz Chaves: “Porque se o não pensar implica proteger-se dos perigos da investigação, o seu resultado é a adesão rápida e irrefletida a tudo o que as regras de conduta prescrevem em uma determinada época para uma determinada sociedade” (Chaves, 2009, p. 64). Nesse sentido, esquivando-se dos perigos da investigação, cabe ao jornalismo somente fomentar aquilo que já está dado, manter a moral como está estabelecida, reafirmar valores e, no caso da cobertura das rebeliões e de violência, em geral, reforçar o clichê: bandido bom é bandido morto. Sem





o pensamento, como diz Sócrates, não há vento que destrua valores, destrua pensamentos, que muitas vezes, podem estar errados.

A teoria Organizacional, tal qual Breed defende que as notícias são como são (produto de mercado e logo, tal qual é divulgada atualmente pelos meios de comunicação) porque as empresas e organizações jornalísticas assim as determinam, provavelmente não seria aprovada por Arendt para justificar a irreflexão dos noticiários. Segundo tal teoria, a notícia sai do âmbito individual, para o âmbito da organização jornalística. Isso pressupõe que todo o juízo pessoal do jornalista estaria submetido à linha editorial que ele teria assumido por ‘osmose’; todos os valores pessoais estariam sobrepostos pelas normas da organização. Diz Chaves, referindo-se ao pensamento Arendtiano:

“O indivíduo na sociedade moderna de massas tende a se ver como um simples dente de engrenagem em alguma espécie de maquinaria – seja a de uma corporação burocrática, social, política ou **profissional** (grifo da autora), seja a representada pelo próprio caos da vida urbana. Daí, de acordo com ela, o grande clamor de todas as vezes que alguém atribui uma culpa específica a alguém em particular, ao invés de imputar a responsabilidade a alguma tendência histórica ou a um movimento dialético ou procurar uma justificativa de natureza abstrata, como o *Zeitgeist*, até o complexo de Édipo”. (CHAVES, 2009, p. 139)

Nesse sentido, para Arendt, todos os indivíduos são sim responsáveis pelos seus atos e se pensam, se exercem essa atividade de estar só consigo mesmo, eles, diante de uma situação em que se exige deliberação, agem segundo seus juízos próprios e não os negam, obedecendo a um código de conduta que lhes foi imposto. Para a filósofa, obedecer é coisa para criancinhas.

Inevitavelmente, ao se relacionar questões de conduta jornalística ao pensamento e a problemas que isso pode gerar, volta-se à questão ética. Quando pensamos nos casos de conduta jornalística anti-ética, como da escola Base, do forjamento dos protestos das Diretas Já, podemos, mais uma vez, perceber que faltou pensamento, reflexão. Os jornalistas, nesse caso, estiveram a frente de uma apuração mais com o objetivo de se obter um furo, de atingir os critérios de noticiabilidade ou ainda seguir às normas da empresa. Ao passo que o pensamento acerca da situação, a reflexão, seguidos de uma submissão a juízos morais (pois como Sócrates diz, o pensamento por si só não garante a inexistência da maldade), o que culmina, inevitavelmente a uma aproximação da verdade, foram elementos discriminados. O mais perigoso de tudo isso foi que tais condutas jornalísticas levaram à *maldade*. Como podemos denominar os danos morais



causados a Maria Aparecida e Icushiro Shimada, donos da escola Base? E a todos os julgados previamente pela mídia, sem que um juiz desse o parecer final? Isso significa que tal postura jornalística levou sim a uma banalização da maldade, na medida em que, sem medir as conseqüências de suas ações, os jornalistas encarregados da cobertura desses casos, provocaram o mal; obedeceram, sem refletir.

Na medida em que o jornalismo é o campo que mais divulga conhecimento, que mais atinge diariamente os indivíduos com informações, indubitavelmente ele deve se encarregar de uma responsabilidade diferenciada. Todas suas informações interferem imediatamente na vida de um e de todos e por isso os jornalistas devem estar atentos, mais à sua responsabilidade pessoal, que às ordens que devem ser seguidas. Isso significa que a atividade do pensamento, de julgar, da submissão dos fatos aos juízos, deve ser constante. Ao jornalista não cabe somente divulgar os dados, supostamente, básicos, porque eles mesmos podem levar a uma banalidade do mal. Pensar, refletir acerca de fatos que o jornalista lida diariamente, não deve ser atividade somente para filósofos, sociólogos, teólogos ou antropólogos. A atividade de pensar, como Arendt assume, não é um privilégio de poucos, mas uma faculdade humana e que todos os seres humanos devem exercer. Quanto mais os jornalistas.



## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999A.

\_\_\_\_\_. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

ASSY, Bethânia. Eichmann, banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo Jardim; BIGNOTTO, Newton (Orgs.). *Hannah Arendt – Diálogos, reflexões e memórias*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

CHAVES, Rosângela. *A capacidade de julgar*. Um diálogo com Hannah Arendt. Goiânia. Canone Editorial, 2009.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Volume I. Florianópolis. Editora Insular, 2005.